



ANÍSIO RAIMUNDO PRIMO JUNIOR

**O IMPACTO DO PROEX NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
DESDE SUA CRIAÇÃO ATÉ 2004.**

Monografia apresentada como
requisito parcial para a conclusão do
curso de bacharelado em Relações
Internacionais do Centro Universitário
de Brasília – UniCEUB
Orientador: Sérvulo Vicente Moreira

**Brasília - DF
2005**



ANÍSIO RAIMUNDO PRIMO JUNIOR

**O IMPACTO DO PROEX NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
DESDE SUA CRIAÇÃO ATÉ 2004.**

Banca Examinadora:

Prof.º Sérvulo Vicente Moreira.
(Orientador)

Prof.º Alaor Silvio Cardoso
(Membro)

Prof.º Meireluce Fernandes da Silva
(Membro)

**Brasília - DF
2005**

Dedicatória

A meu mestre e referencial meu pai ANISIO.

A minha mãe e irmãs.

A Luciana minha namorada e seus familiares.

Aos meus professores que sempre me acompanharam e me ajudaram.

Na minha carreira acadêmica.

Em especial a um grande amigo e

Professor que bastante admiro por suas atitudes de um grande mestre e exemplo de vida, Sérvulo.

Agradecimentos

Sou grato a todos que me incentivaram e me ajudaram, principalmente aos meus pais que sempre acreditaram no meu potencial e me apoiaram, ensinando-me o melhor da vida (Que é ser um grande Homem). Com muito carinho agradeço a todos meus familiares, amigos, professores, companheiros de faculdade e de trabalho.

Agradeço em especial á banca examinadora compostas pelos professores Alaor Silvio Cardoso e a professora Meireluce Fernandes da Silva.

Sou bastante grato ao professor e orientador Sérvulo que teve paciência, e que ao mesmo tempo me empolgou nos meus grandes desafios junto ao Curso de Relações Internacionais.

Sumário

Resumo.....	VI
Abstract.....	VII
Siglas.....	VIII
Introdução.....	9
Capítulo 1 – Abordagem Teórica	13
Capítulo 2 - Objetivo	16
Capítulo 3 - Hipótese.....	17
Capítulo 4 - Metodologia.....	18
Capítulo 5 - O programa de financiamento das exportações - PROEX.	19
5.1 - Modalidades de Apoio as Exportações	19
5.1.1 PROEX – Financiamento	19
5.1.2 PROEX Equalização	20
Capítulo 6 – Dotação Orçamentária.....	22
6.1 Recursos alocados e aplicados ao PROEX	23
Capítulo 7 – Providências a serem tomadas para o uso do PROEX.....	24
7.1 - Evolução nas exportações ligada ao (PROEX).....	24
7.2 - Fundo de garantia as exportações – FGE.....	25
Conclusão	27
Referências Bibliográficas	29

Resumo

Este trabalho permite analisar o Programa de Financiamento as Exportações-PROEX desde a sua criação até 2004, considerando sua dotação orçamentária e os resultados nas exportações brasileiras, programa este dedicado a proporcionar as empresas nacionais condições de financiamento equivalentes as do mercado internacional.

Abstract

This paper allows to analyze the Financing Exports Program _PROEX, since its creation in 1991 until year 2004, considering PROEX budget and its results in Brazilian exports program this in order to provide national enterprises with equivalent financing conditions as those of the international market

Siglas

FRMM - Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercadante

APEX - Agência de Promoção Investimentos do Brasil

BACEN - Banco Central do Brasil

BEFIEX - Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CACEX - Carteira de Comércio Exterior

CAMEX - Câmara de Comércio Exterior

CEXIM - Carteira de Exportação e Importação

CONCEX - Conselho Nacional do Comércio Exterior

FGE - Fundo de Garantia à Exportação

FINAME - Agência Especial de Financiamento Industrial

FINEX - Fundo de Financiamento à Exportação

FUNCEX - Fundação do Comércio Exterior

ICM - Imposto de Circulação de Mercadorias

IOF - Imposto sobre Operações Financeiras

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI - Imposto sobre Produto Industrializado

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

MRE - Ministério das Relações Exteriores

PDTA - Programas de Desenvolvimento Tecnológico Agropecuário

PDTI - Programas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial

PEE - Programa Especial de Exportação

PIB - Produto Interno Bruto

PROEX - Programa de Financiamento às Exportações

SBCE - Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação

SECEX - Secretaria de Comércio Exterior

Introdução

Do ponto de vista histórico pode-se afirmar que no começo do século XX, o Brasil ainda tinha grandes dificuldades de ser reconhecido internacionalmente nas exportações de seus produtos, sendo que grande parte de suas exportações estava baseada em produtos tradicionais como (café açúcar e borracha). Em 1967, o primeiro produto da pauta de exportação brasileira era o café. Portanto, ultrapassar fronteiras visando o crescimento das exportações nacionais vinha sendo ineficiente.

Só partir dos anos 50, no Governo de Getúlio Vargas começou a ser adotado um expressivo comportamento e um objetivo estratégico para promover a industrialização brasileira.

Posteriormente, foram criados novos mecanismos para apoiar e promover as exportações brasileiras. Outro importante fator a ser destacado, foi à tentativa de facilitar a inserção brasileira em abertura de mercados internacionais. Tais medidas visavam reduzir o mínimo de gasto possível associando a evolução do crescimento do país ao mercado externo.

Ademais, Getúlio Vargas passa a defender as oportunidades que o Brasil poderia ganhar para desenvolver um projeto e enviar ao Congresso Nacional com o objetivo de substituir e extinguir a chamada Carteira de Exportações e Importações (CEXIM), criada em 1948, dando lugar à criação da Carteira de Comércio Exterior (CACEX), na qual caberia criar determinadas facilidades para as importações de máquinas, ferramentas e equipamentos novos com o intuito de manter e garantir o ritmo de industrialização no país. Em 29/12/1953 a CACEX viria a ser deferida e reconhecida pela Lei ordinária nº 2.145, LABATUT (1998).

De certa maneira a CACEX atuaria como órgão competente na emissão de licenças de exportação e importação promovendo assim o comércio externo brasileiro.

Em meados da década de 50, o processo de industrialização passa a ganhar força no país e mais tarde com total apoio do governo Juscelino Kubistcheck em implantar novas medidas de expansão para tal, incrementando em seu mandato mecanismos para dinamizar a industrialização desenvolvendo um forte esquema de infra-estrutura bem como um sistema nacional de desenvolvimento tecnológico

visando apoiar o crescimento da produção industrial contribuindo para o crescimento do PIB.

Juscelino Kubistcheck passa a dar início e a reformular o seu mandato na criação de metas e objetivos que viriam a se repercutir positivamente no futuro, a exemplo da abertura de novas rodovias e instalação de indústrias automotivas e navais no Brasil.

Já com a criação em 1960 do Ministério da Indústria e Comércio o modelo industrial para as exportações passou a ter maiores apoios e o Ministério passa a desempenhar um importante papel na promoção das exportações brasileiras, a implantação de mecanismos como DRAWBACK (incentivo pelo qual compreende a isenção de tarifas sobre a importação de matérias primas a serem utilizadas na fabricação de produtos destinados às exportações).

A década de 60 consagra-se, como período chave para o desenvolvimento sócio-econômico do país. Ademais em 1964, incentivos de créditos e incentivos fiscais tornaram-se importantes e decisivos como instrumentos de apoio às exportações brasileiras, resultando-se no viés antiexportação, (TYLER, 1982).

Em 1965 foi implantado pelo Governo Federal o programa de pré-embarque (Fundo de Financiamento à Exportação) FINEX, conhecido como linha de crédito ao consumidor importador do Brasil com recursos do Orçamento Geral da União, destinado por sua vez a financiar as exportações de bens de capital e de consumo durável, consolidando-se em um programa de fundamental importância na promoção das exportações brasileiras até meados de 1980, (MOREIRA 2001).

Por falta de recursos e problemas administrativos, o FINEX foi extinto em outubro de 1988.

Nas décadas de 70 e 80 o Brasil passa por grandes dificuldades no campo das Relações Internacionais, ficando a economia do país bastante vulnerável no cenário mundial devido às crises do petróleo em 1974. Nesta mesma época os preços dos barris de petróleo dispararam, ocasionando dificuldades na balança comercial dos países, (SILVA 1985).

Em 1979, os Estados Unidos da América elevaram as suas taxas de juros internas, sendo que a taxa de juros internacional a acompanhou o que sucessivamente contribuiu para gerar problemas econômicos internos em inúmeros países, estagnando assim o crescimento econômico o qual foi compartilhado com

uma inflação incontrolável obrigando o Brasil a reduzir drasticamente os subsídios às exportações.

Segundo BAUMANN (1997), em 1988 inicia-se no Brasil uma nova Política de Comércio Industrial objetivando a modernização e o aumento da competitividade do parque industrial, propondo benefícios fiscais, bem como a isenção de impostos de importação.

Contemplando também a depreciação acelerada na compra de bens de capital de origem interna ou externa e propondo gastos com desenvolvimento de tecnologias.

Para BAUMANN (1985), o crescimento industrial é determinado principalmente pelo dinamismo do mercado interno, sendo que a promoção das exportações tem efeitos positivos sobre os investimentos, exatamente porque alivia os limites impostos pela insuficiência de poupança.

Na década de 90, o Brasil passa a viver significativas mudanças na forma de desenvolvimento econômico, sendo que em junho deste ano uma nova política Industrial e de Comércio Exterior, passa a ser desenvolvida, iniciando a liberalização das importações.

Posteriormente, esta nova medida permitiria que as empresas tivessem acesso pra a importação de tecnologia, equipamentos, maquinários de ponta em que abriria espaço para um novo processo de modernização e de produção.

Esta tendência se tornaria cada vez mais imperativa sendo fruto não apenas das características domésticas da economia brasileira, mas, sobretudo das profundas transformações operadas na economia mundial e que exigem alterações no relacionamento econômico financeiro e tecnológico com o resto do mundo (IPEA 1992).

Ainda na década de 90, a nova política brasileira de comércio exterior visava promover as exportações, pois uma das prioridades do Governo seria a área industrial e de comércio exterior propondo um novo padrão de desenvolvimento.

Portanto o cerne, da estratégia para o Governo teria como objetivo maior, a melhoria da qualidade de vida da população brasileira buscando por si o aumento progressivo da competitividade econômica.

Para que o crescimento das exportações brasileiras no cenário mundial fosse concretizado de maneira eficaz o governo ainda precisaria solucionar problemas de infra-estrutura nacional elevando de forma rápida e eficiente melhorias na área de

comunicação, transporte, energia, mão de obra entre outros, resultando em ganhos de produtividade conseqüentemente repercutindo, diretamente no comércio externo.

Nas últimas décadas, o incentivo à criação de diferentes políticas adotadas pelo governo tem como objetivo aumentar as exportações brasileiras e o que se questiona é a efetividade dessas políticas aos objetivos propostos, tais como: incremento das taxas de crescimento econômico, aumento da renda nacional, aumento de empregos e uma maior alavancagem no desenvolvimento tecnológico através de uma exportação de produtos com maior valor agregado, com maior intensidade tecnologia, além de um maior equilíbrio das contas ligados à balança comercial do país. MOREIRA (2001).

Com o intuito de criar condições de competir e promover as vendas brasileiras em mercados externos, mecanismos de promoção de exportações foram e são adotados para ajudar o país, tais como:

- Comissão especial para a concessão de benefícios fiscais e programa de exportação – BEFIEX criado em 1972 e extinto na década de 80;
- Fundo de Financiamento das exportações FINEX, criado em 1966/67 e extinto em outubro de 1989;
- Programa de financiamento às Exportações – PROEX criado em 1991;
- Programa novos pólos de exportações – PNPE criado em 1991;
- Finamex, atual BNDES instituído em 1991;
- Agência de Promoção de Exportação do Brasil – APEX - Brasil criada em novembro de 1997;
- Lei Kandir, sancionada em 13/09/1996;
- Programa Especial de exportações - PEE lançado em setembro de 1998.

Segundo MOREIRA (2001), embora seja inúmero os fatores determinantes no incentivo às exportações, a política de financiamento poderá contribuir de forma negativa ou positiva, conforme a eficácia de sua implementação e condição.

Se critérios e garantias são estabelecidos a priori considera-se o grau de absorção do mercado externo, podendo os resultados ser positivos, caso contrario promove-se um viés anti-exportação,(TYLER 19832).

Capítulo 1 – Abordagem Teórica

O surgimento dos primeiros passos para o crescimento da economia brasileira se dá a partir dos anos 50, quando programas de promoção de exportação são adotados com intuito de gerar melhores condições favoráveis para o crescimento nacional, seguindo uma estratégia política de promoção de exportações de semi-manufaturados e manufaturada.

Segundo WERMECK (2000), os críticos e céticos acreditam que não existe uma cultura exportadora, o efeito é marginal, não existe escala de produção suficiente, não temos preços ou qualidade exigida pelo mercado internacional.

Para STUART MILL (1829), a relação comercial entre nações faz com que as mesmas se tornem capazes de utilizar com maior capacidade uma determinada quantidade de trabalho e capital chegando a obter melhores resultados na produção de mercadorias.

Segundo PINHEIRO (1992), a competitividade das exportações depende de uma diversidade de fatores, tecnologia disponível e da eficiência com que é utilizado, insumo de produção, taxa de câmbio e das taxas de paridade entre os parceiros comerciais do Brasil, da distância dos países competidores aos mercados de exportações brasileiras, dos custos portuários e de transportes, da estrutura de incentivos e subsídios à exportação no Brasil e nos países competidores, das barreiras tarifárias e não tarifárias no país importador, da qualidade e da imagem do produto, do tipo de financiamento à produção e à comercialização, dos gostos dos consumidores etc.

Segundo KEYNES (1936), com a ajuda de instituições na tentativa de garantir um bom nível de investimentos na indústria, fará com que se estabelecesse um nível desejado de emprego e produção.

Para o Brasil manter um grau de evolução comerciais inúmeros problemas deveriam primeiramente ser solucionados. Problemas estes como a imposição do mercado internacional em nível político, econômico e financeiro.

De acordo com FURTADO (1972), a promoção de exportações poderia superar as deficiências conjunturais e estruturais de demanda.

As dificuldades conjunturais são encontradas pelas indústrias tradicionais, afetadas pela taxa de crescimento dos salários, enquanto a tecnologia exige uma escala de produção superior às dimensões do mercado interno, Neves (1985).

A industrialização brasileira foi criada com o intuito de atender uma demanda interna, com políticas industriais adaptadas. Assim, as exportações passam a depender de estratégias macroeconômicas nacionais. Apesar de todos estes entraves, a exportação brasileira tem incrementado sob os produtos manufaturados que possuem um grande impacto na balança comercial.

Segundo BACHA (1976), programa de promoção de exportação significa um aumento de taxa de investimentos decorrentes dos incentivos a exportar do governo, elevando as margens de lucros das empresas que se dispuser de melhores infra-estruturas de comercialização no exterior, sendo estas firmar principais fontes de investimentos, onde a política de promoção de exportações afeta-se diretamente a taxa de crescimento da produção industrial, Neves (1985).

Para BONELLI (1997), as exportações de manufaturados dependem de um conjunto de variáveis que afetam sua competitividade como taxa de câmbio, subsídios, o estado da demanda doméstica e internacional e, finalmente, das variações de produtividades.

De fato é correto dizer que nas décadas de 70 e 80, grandes destaques nas exportações contribuíram para o aceitamento de um mercado favorável, oferecendo condições e oportunidades para produtos de economias em desenvolvimento. Também nestas décadas, a política de incentivos à exportação se tornou fundamental na estratégia de reação às crises externas ocorridas durante os anos de 70 e 80.

Estes incentivos às exportações começaram a ser extintos a partir da década de 80, por pressões do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) também pelo agravamento da crise econômica interna e pelos parceiros comerciais do Brasil.

Logo em seguida a crise internacional fez com que os países industrializados nas décadas de 70 e 80 adotassem várias maneiras de protecionismo, elevando o alto índice de prejuízo para as exportações dos países em desenvolvimento.

No decorrer da década de 80 a economia internacional se tornou alvo de várias mudanças, como política tarifaria e não tarifarias dando-se inicio ao neoliberalismo, para BONELLI (1997), a principal mudança na nova política industrial era o crescimento da produtividade sendo dotado como principal objetivo de política.

De acordo com TORRES (1994), o setor de bens de capital teve dificuldades na segunda metade dos anos 80 e início dos anos 90, fazendo com que o valor da produção se declinasse de US\$26.2 bilhões em 1986 para US\$ 17,7 bilhões em 1992.

De 1986 a 1992 as exportações de bens de capital cresceram em quase 100% em 1987 com o aumento das vendas para os Estados Unidos e conseqüentemente em 1992 com a criação do Mercosul.

Segundo MOREIRA (2001), em Políticas públicas de Exportação conclui-se que o Programa de financiamento e Exportação (PROEX), trouxe resultados positivos às exportações de manufaturados, possibilitando a conquista de novos mercados.

O manejo destes mecanismos de Promoção e Exportação tem sido freqüente de maneira que se abdicuem as exigências impostas pelo mercado externo, e principalmente no que abrange produtos de alto valor tecnológico.

A importância de se criar e aplicar recursos de promoção e exportação em produtos de alto valor agregado se dá pelo incremento da exportação de manufaturados sobre o PIB e as importações de capital.

Outro importante aspecto a ser considerado, no âmbito do PROEX, seria o fortalecimento orçamentário do PROEX com propósitos de gerarem maiores vendas externas, apoiando um número maior de empresas exportadoras.

Capítulo 2 - Objetivo

2.1 Objetivo geral

Analisar a contribuição do PROEX, desde sua criação, para o crescimento das exportações brasileiras.

2.2 Objetivos específicos

2.2.1 Analisar o crescimento das exportações brasileiras amparadas pelo PROEX.

2.1.2 O impacto do PROEX nas exportações brasileiras analisando a pauta a partir da década de 90.

2.1.3 Analisar a abertura de novos mercados externos para exportações brasileiras apoiados pelo PROEX.

2.1.4 Analisar a alavancagem dos principais produtos exportados e amparados pelo PROEX.

2.1.5 Analisar a qualificação de mão de obra, em função do PROEX.

Capítulo 3 - Hipótese

H0 - O PROEX tem contribuído no incremento significativo ao crescimento das exportações brasileiras desde a sua criação até 2004.

H1 - O PROEX não tem possibilitado um incremento significativo das exportações brasileiras desde a sua criação até 2004.

Capítulo 4 - Metodologia

A metodologia aplicada neste estudo será baseada em um estudo sobre alguns fatores que interferem no mercado de exportação, analisando dados de exportações realizadas desde 1974 até 2004.

No primeiro momento foi realizada uma análise desde os anos 50 até a criação do PROEX de 1991 até os dias atuais, dando ênfase no comportamento das exportações no cenário Internacional.

Em seguida foram realizadas avaliações considerando as exportações de produtos mais beneficiados e apoiados pelo PROEX.

- Posteriormente foram desenvolvidas as seguintes atividades:
- Pesquisa bibliográfica de Promoção e Exportação;
- Visitas a Bancos como: Sede do Banco do Brasil em Brasília / DF;
- Entrevistas com técnicos responsáveis pelo acompanhamento do PROEX;
- Pesquisas no banco de dados do Banco do Brasil com o objetivo de acompanhar tabela a de Índice mais recente do PROEX;

Capítulo 5 - O programa de financiamento das exportações - PROEX.

Com objetivo de promover e proporcionar as exportações brasileiras melhores condições de financiamento às do mercado internacional o Programa de Financiamento e Exportação – PROEX foi criado pela Lei nº 8.187 de junho de 1991.

Desde a criação do PROEX seu principal objetivo é o de proporcionar às exportações brasileiras, condições de financiamento equivalentes às do mercado internacional, na forma de financiamento e equalização. Sendo considerado os recursos oriundos do Orçamento Geral da União e operacionalizado pelo Banco do Brasil, responsável pelo repasse dos recursos para os exportadores.

O PROEX tem como prioridade promover facilidades de financiamento diretamente ao exportador ou ao importador de bens e serviços brasileiros, inclusive programas de computador ou de softwares, projetos, estudos, consultorias, montagem, pacotes turn-key, franquias e turismo com recursos do tesouro nacional sendo estes bens inclusos na Portaria nº 58, de 10/04/2002, do Ministério do Desenvolvimento Indústria e comércio Exterior-MDIC.

5.1 - Modalidades de Apoio às Exportações

5.1.1 PROEX – Financiamento

O PROEX financiamento é concedido ao importador via (Buyers Credit) e ao Exportador via (Suppliers Credit) de bens ou serviços brasileiros realizado, exclusivamente, pelo Banco do Brasil, com recursos do Orçamento Geral da União repassado ao Tesouro Nacional, (BANCO do BRASIL).

O Buyers Credit é concedido mediante contrato firmado entre o Governo brasileiro e as entidades estrangeiras sendo que o beneficiário do financiamento, recebendo o bem ou o serviço contratado, autoriza o crédito na conta do exportador, (BANCO do BRASIL).

Já no caso dos Suppliers Credit é concedido mediante desconto de títulos de crédito ou cessão de direitos de créditos. Depois de contratada as vendas externas com o importador, os embarques das mercadorias são emitidos realizando saques correspondentes ao principal e juros descontando-os diretamente ao banco do

Brasil, após o aceite do importador e do aval do banco do exterior, cujo foi realizado todo o trâmite, (BANCO do BRASIL).

O prazo para pagamento pode ser cumprido em um período de até 10 anos, podendo ser definidos de acordo com o valor agregado da mercadoria ou a complexidade do serviço prestado, podendo os prazos ser ampliados em função do valor unitário da mercadoria, (Banco do Brasil).

O percentual financiável é limitado a 85% do valor da exportação o restante mínimo de 15% é pago pelo importador a vista ou financiado por um banco no exterior apenas nos financiamentos com prazos superiores há 2 anos.(Banco do Brasil).

Nas negociações realizadas pelo PROEX a taxa de juros é a mesma praticada no mercado internacional, sendo a moeda de pagamento o Dólar norte americano ou outra moeda de livre conversibilidade, podendo as formas de pagamento ser cumpridas, de acordo com a operação definida, exemplo: O importador pode pagar suas operações em curto prazo como pagamento único no final e também pagamento de longo prazo sendo operacionalizados em parcelas semestrais, iguais e sucessivas.

Uma das principais dificuldades que vem sendo enfrentadas pelas empresas no processo de exportação seria o risco do não recebimento do pagamento de suas exportações, sendo assim o PROEX traz consigo garantias como fundo de aval, fiança, carta de crédito da instituição de primeira linha ou seguro de crédito a exortação.

5.1.2 PROEX Equalização

O crédito ao exportador ou ao importador de bens e serviços brasileiros é concedido por instituições financeiras no país ou no exterior, no qual o PROEX passa a assumir parte dos encargos financeiros os tornados compatíveis com os praticados no mercado internacional.

O exportador é beneficiado pelas reduções dos juros, sendo os recursos repassados indiretamente. A Equalização é paga ao financiador da operação por banco múltiplo, comercial, de investimento ou de desenvolvimento sediado no país, (Banco do Brasil).

Os itens equalizáveis são os mesmos itens do PROEX - Financiamento, sendo que o exportador negocia livremente com o financiador a garantia, a taxa de juros o prazo do financiamento e o percentual financiável.

As condições de pagamentos de juros no PROEX Equalização têm como vencimento da primeira parcela de 6 meses após o embarque da mercadoria. O prazo de equalização é de até 10 anos, sendo definidos de acordo com o valor agregado da mercadoria ou da complexidade dos serviços prestados. Os prazos são definidos na Portaria do MDIC 58, de 1/04/2002 e podem ser dilatados em função do valor unitário ao prazo de financiamento pactuado com o agente financeiro, (Banco do Brasil).

O limite máximo equalizável é de 85% dos valores exportados, devendo ser pago ao financiador através da emissão de notas no tesouro nacional da série 1 – NTN-1 monetizadas nas datas de vencimento dos juros do financiamento.

Valor das exportações apoiadas pelo PROEX em (US\$milhões):

EMPRESAS	2003	2004
GRANDE	154(71%)	172(60%)
MEDIA	35,8(35,8%)	68(24%)
PEQUENA	18.8(9%)	35.6(13%)
MICRO	6,3(3%)	9.3(3%)
TOTAL	214,8	284,8

Fonte: BANCO do BRASIL

Principais Blocos Importadores

Blocos Importadores	2003	2004
AFRICA	143.7	140.3
DEM. DA ALADI	93.0	51.3
UNIÃO EUROPEIA	23.0	39.6
NAFTA	19.6	25.9
DE. DA AMERICA	13.1	14.6
OUTROS	15.6	13.1
TOTAL	308.0	284.8

Fonte: BANCO do BRASIL

Capítulo 6 – Dotação Orçamentária

Os recursos do PROEX são orçamentários sendo o Banco do Brasil agente financeiro responsável pelo repasse desses recursos.

Dados do Banco do Brasil comprovam que no início do PROEX houve uma maior disponibilidade de recursos em relação a sua utilização, ficando assim provado que por falta de informações, marketing deixando o projeto descoberto nacionalmente por parte das empresas em se interessarem por obter recursos, ficando claro que o PROEX foi criado em 1991.

O PROEX vem se destacando devido desempenhar um importante papel na Promoção das Exportações Brasileiras, o governo tem realizado operações de bastante sucesso por meio do PROEX chegando a deixar um bom grau de reconhecimento por parte das redes privadas e por parte dos estados, exemplo o estado da Bahia, que em 1989 sua participação representava apenas 0.2% no programa e em 2002, um passa a participar de um relevante índice de 21.5% de valores exportados financiamento, atingindo 13% na participação total de todos os estados brasileiros, (Banco do Brasil).

São Paulo é o maior estado beneficiado pelo PROEX, com 63% do total disponibilizado pelo plano. Também os estados de Santa Catarina e Espírito Santo desempenham uma significativa participação no PROEX.

Em 1997 com a criação de novas medidas pelo o governo federal concedida ao Banco do Brasil, proporcionou ao mesmo autonomia, para aprovar financiamentos de até US\$ 5 milhões, que anteriormente o valor era de US\$ 1 milhão que por fim submetidos à aprovação do Comitê de Crédito as exportações CCEX, chegando a atrasar um grande número das negociações, (Banco do Brasil).

6.1 Recursos alocados e aplicados ao PROEX em (US\$ milhões).

Orçamento Anual do PROEX

Categorias	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Financiamento	228,4	87,7	82,2	86,6	15,3	184,7	186,8	391,4
Equalização (cash)	155,7	231,7	25,6	91,1	95,2	100,0	62,3	64,3
Equalização títulos	-	-	123,5	763,4	913,1	212,6	568,3	753
TOTAL	384,1	329,4	231,3	941,1	1023,6	497,4	817,4	1208,7

Categorias	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Financiamento	446,3	434,1	484,05	431	423,10	447,90	585,81
Equalização (cash)	48,2	47	37	30,9	17,4	17,6	16,83
Equalização títulos	413,9	428,9	527,3	432	401,5	427,7	454,9
TOTAL	908,4	910,0	1.048,30	893,5	842	893,2	1.062,54

Fonte: Elaboração IPEA a partir dos dados BB/STN

Capítulo 7 – Providências a serem tomadas para o uso do PROEX

Antes do embarque das mercadorias, os interessados no financiamento devem providenciar o Registro da operação de Crédito (RC), no sistema de comércio exterior SISCOMEX por meio dos serviços do órgão responsável, sendo Banco do Brasil, posteriormente é preciso aguardar o retorno do Registro de operação de crédito, via Siscomex, caso haja a aprovação do banco do Brasil.

O próximo passo a serem tomados pelos interessados é providenciar os documentos de exportação junto ao Banco do Brasil sendo estes como fatura comercial, conhecimento de transporte internacional, certificado de origens, registro de aprovação averbado e por fim outros documentos exigidos pelo país de destino onde se deseja fazer a operação.

A partir de todo processo realizado junto à documentação, as mercadorias já podem ser embarcadas, após o retorno dessa documentação e da constituição da garantia, o agente responsável pela União, Banco do Brasil providenciará o pedido de desembolso. É importante ressaltar que o interessado deve estar regular com o Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS), com a Receita Federal e que o mesmo não esteja inscrito em dívida ativa da união, para receber o desembolso do financiamento.

7.1 - Evolução nas exportações ligada ao (PROEX)

Desde a criação do PROEX na modalidade financiamento grandes benefícios foram proporcionados às empresas exportadoras de serviços dando-se por 89,6% do financiamento disponibilizado, (Banco do Brasil).

Em 1995, o financiamento de máquinas e equipamentos, representa valor de 10.4%, já em 1996 o índice do aumento de recursos obtidos pelo financiamento de máquinas e equipamento ultrapassou a barreira dos 49%, provando um grande crescimento e desenvolvimento na área industrial, obtendo assim o mercado, maiores chances de competitividades no cenário das exportações.

Podemos destacar os anos de 1997 a 1999, pelo desempenho e o desenvolvimento bastante considerável do mercado de Agribusiness, sendo que em

1997 este setor representava sua participação nas exportações de praticamente 0% chegando a atingir em 1999 18% das exportações.

Deve ser ressaltado que no modo equalização, o setor de Agribusiness se alavancou devido à participação dos produtos rurais no que se trata a subsídios governamentais para ampliar a força produtiva junto ao comércio internacional.

Na modalidade equalização, o modelo destaca-se pela diferença nas taxas de juros sendo os primeiros obstáculos a serem vencidos para a redução dos custos de produção e o aumento de competitividade dando aos exportadores maiores chances de suprir as necessidades junto ao comércio exterior. (Especial Exportação e Logística 2005).

No modo financiamento os serviços são os que lideram, chegando a um percentual de 43% do total financiado, assim seguido pela exportação de maquinários com um percentual de 16%, e no que se refere aos produtos exportados, o transporte é o tipo de atividade mais procurado para equalizações chegando a um percentual de 64%, seguido pela exportação de máquinas e equipamentos com 23%, (Especial Exportação e Logística 2005).

7.2 - Fundo de garantia as exportações – FGE

O Fundo de Garantia as exportações têm importante papel como instrumento de garantia que permite incrementar as exportações brasileiras, objetivando dar maior competitividade às vendas externas brasileiras, fornecendo aos exportadores e agentes financeiros uma maior segurança compatível com as agências de crédito internacionais.

Em meados de 1997 foi criada a Seguradora Brasileira de Crédito as Exportações-SBCE, sendo esta uma empresa privada, com a participação acionaria da COFACE (Compagnie Française D' Assurance pour le Commerce Extérieur) e de bancos brasileiros como o Banco do Brasil, BNDES, Sul América Seguro, Minas Brasil Seguros, Unibanco Seguros, Bradesco Seguro.

A SBCE tem como por objetivo, fornecer ao produto brasileiro maior competitividade no mercado internacional, oferecendo ao exportador segurança na hora de vender, sabendo que irá receber pela operação. Ademais, o SBCE também

assume o risco comercial das operações, sendo todo o risco coberto pelo FGE, ou seja, pelo Tesouro Nacional.

Pode-se dizer que no Brasil a SBCE é a única empresa autorizada a operacionalizar junto aos exportadores brasileiros qualquer que sejam os produtos envolvidos, mercados de destino bem como os prazos de pagamentos concedidos, (Banco do Brasil).

Com todo mérito e conceito adquirido junto ao mercado as apólices de seguros de crédito a exportação emitida pelo SBCE são meramente aceitas pelos bancos como garantia de financiamento.

Em 2003, pelo Decreto nº4.993, de 18.02.2004, foi instituído o COFIG, um colegiado integrante da Câmara de Comércio Exterior CAMEX, com o intuito de acompanhar as operações do Programa de Financiamento das Exportações-PROEX e do Fundo de Garantia a Exportação - FGE, oferecendo assim maiores condições de assistências financeiras às exportações e de prestação de garantia a União, (Banco do Brasil).

O COFIG é composto por um representante titular e respectivo suplente indicado pelos seguintes Ministérios: Fazenda, Casa Civil, Agricultura, Pesca e Abastecimento, Planejamento, Orçamento e Gestão, Relações Exteriores e Secretaria do Tesouro Nacional.

Também participam do COFIG, sem direito a voto, o Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o Instituto de Resseguros do Brasil S. A-IRB e a Seguradora Brasileira de Crédito a Exportação – SBCE.

Conclusão

O principal objetivo deste trabalho foi o de demonstrar a importância do Governo Federal atuar como agente promotor na criação de projetos de promoção de exportações, sobretudo, no caso do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), que auxiliam e apóiam o setor privado que tende a beneficiar a economia do país alcançando objetivos, no que se refere ao incremento do valor das vendas externas. Esta pesquisa está voltada para o crescimento econômico via exportação.

Pode-se observar que a dotação orçamentária do PROEX é bastante modesta, mas quanto ao seu nível de credibilidade é considerado, importantíssimo para o crescimento das exportações brasileiras. O PROEX no ano de 2005 de janeiro a abril já conta com crescimento de 34% de empresas que aderiram à linha de crédito, em relação ao ano de 2004. Pois neste mesmo período em 2004 o valor disponibilizado aos exportadores era de US\$49 milhões de dólares e em 2005 já passa dos US\$87 milhões de dólares, sendo que durante todo o ano de 2004 o PROEX liberou o total de US\$286 milhões de dólares para 409 exportadores chegando a envolver 1.295 operações de exportação. (Banco do Brasil 2005).

Como mencionado, anteriormente, o PROEX foi criado em 1991, como programa de promoção de exportação, sendo o Banco do Brasil, agente exclusivo e responsável pelo programa, sendo que o programa é composto de duas modalidades de apoio às exportações.

O PROEX Financiamento sendo realizado direto ao exportador brasileiro ou ao importador, com recursos do Tesouro Nacional.

E o PROEX Equalização, a exportação é financiada pelas instituições financeiras no país e no exterior, na qual o PROEX paga parte dos custos financeiros tornando-os equivalentes aos praticados no mercado internacional.

Pode-se afirmar que no Brasil o nº de interessados pelo uso das linhas de crédito ao exportador está crescendo a cada ano tornando as pequenas e médias empresas mais competitivas.

Hoje, o programa financia exportações de bens, serviços, softwares e produções cinematográficas independentemente do faturamento das empresas.

No PROEX um ponto bastante discutido por seus interessados seria a importância de se rever a questão do valor orçamentário que é realizado em reais

sendo que a moeda a ser utilizada na exportação nas operações é o Dólar Norte Americano, chegando muitas das vezes a prejudicar o interessado pela exportação.

Alguns benefícios que o Programa oferece ao exportador estão relacionados á isenção de taxa de administração para a concessão do crédito, acesso ao crédito sem necessidade de intermediários, concessão de prazo ao importador com recebimento à vista pelo exportador e rapidez na aprovação, de maneira que o exportador empregue os recursos como capital de giro para produzir e vender.

Outro ponto positivo ao PROEX é a credibilidade que o programa oferece fazendo com que não haja risco de desvio dos recursos, pois o financiamento só é concedido após o embarque, exigindo assim que haja um comprador.

Um aspecto bastante positivo ao PROEX é a consolidação do programa no país, permitindo o crescimento anual das exportações nacionais e contribuindo com o fortalecimento do PIB no país.

Referências Bibliográficas

BAUMANN, R (1985). Exportações e crescimento Industrial no Brasil. Rio de Janeiro. IPEA / INPES (série Monográfica n.33).

LABATUT, E. (1994). Política de Comércio Exterior. São Paulo. Aduaneiras

IPEA - Texto para discussão n. ° 836 – Políticas Públicas de Exportação: o caso do PROEX – Sérvulo Vicente Moreira, Brasília-DF, outubro de 2001.

IPEA - Texto Para Discussão N. ° 708 - Resenha dos estudos recentes sobre relações comerciais Brasileiras - Regis Bonelli, Leda Hahn - Rio de Janeiro, fevereiro de 2000.

NEVES, Renato Baumann; Exportações e crescimento Industrial no Brasil; Rio de Janeiro:

IPEA/INPES, 1985.

NEVES, Renato Baumann; Uma Nova Economia Internacional; 1997

MDIC - Oito Anos do Real — Os avanços no comércio exterior

Papel da Política Tecnológica na Promoção das Exportações - Paulo Bastos Tigre - Instituto de Economia - Universidade Federal do Rio de Janeiro - Março de 2002.

PINHEIRO, A.C. (1993). O Comércio Exterior Brasileiro de 1974 a 1992. Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Comércio Exterior.

REGIS, Bonelli; Ensaio sobre Política Econômica e Industrial; Rio de Janeiro; 1996.

TYLER, W. G. (1982). O viés antiexportação em políticas comerciais e o desempenho das exportações; alguns aspectos da recente experiência brasileira. Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Economia.

Sites:

IPEA - Instituto de pesquisas econômicas aplicada. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br>.

Banco do Brasil - <http://www.bb.com.br/>

Economia Net - <http://www.economiabr.net/>

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -
<http://www.bndes.gov.br/>

C-brasil.com - Portal Brasileiro de Comércio Exterior - <http://www.c-brazil.com/>

CEPE - Site de Economia Internacional - <http://www.cepe.ecn.br/>

MDIC - Ministério do desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior-
<http://www.mdic.gov.br/>

Portal do Exportador - <http://www.portaldoexportador.gov.br/>

PROEX - <http://www.proex.com.br/>

SBCE - Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - <http://www.sbce.com.br/>

PEE - Programa Especial de Exportação - <http://www.pee.mdic.gov.br/>

PLANALTO - Presidência da Republica Federativa do Brasil -
<http://www.planalto.gov.br>

ANEXOS

Margem de Exportações desde 1974 a 2004.

Período	Exportações - (FOB)
1974	7.951
1975	8.670
1976	10.128
1977	12.120
1978	12.659
1979	15.244
1980	20.132
1981	23.293
1982	20.175
1983	21.899
1984	27.005
1985	25.639
1986	22.349
1987	26.224
1988	33.789
1989	34.383
1990	31.414
1991	31.620
1992	35.793
1993	38.555
1994	43.545
1995	46.506
1996	47.747
1997	52.986
1998	51.120
1999	48.011
2000	55.086
2001	58.223
2002	60.362
2003	73.084
2004	96.475

Valor FOB das exportações: total geral

Periodicidade: Anual

Fonte: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex)

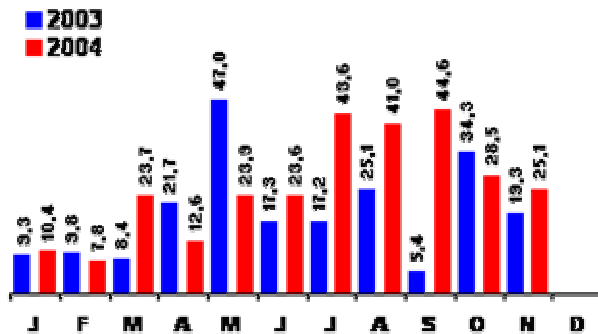
Unidade: US\$(milhões)

Comentário: Fontes: Para 1974-1996: Texto para discussão, 121. A partir de 1997: Boletim Funcex de Comércio Exterior - Quadro: Valor FOB das exportações brasileiras - período anual - total.

Atualizado em: 10 de fevereiro de 2005

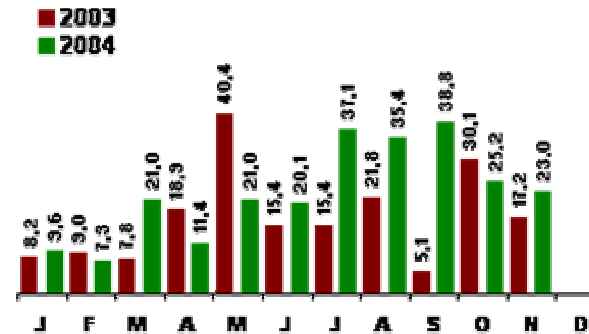
COMPARATIVO 2003/2004

VALOR DA EXPORTAÇÃO (US\$ milhões)



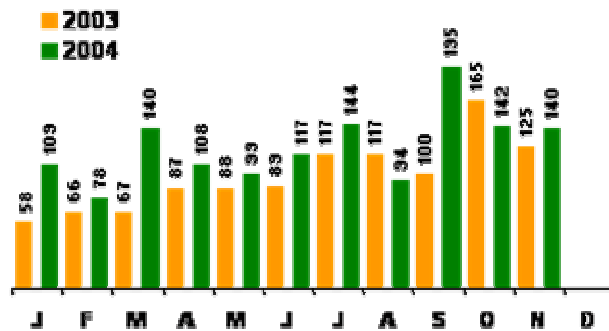
Total 2003 US\$ 214,8 milhões
 Total 2004 US\$ 284,8 milhões

DESEMBOLSOS (US\$ milhões)



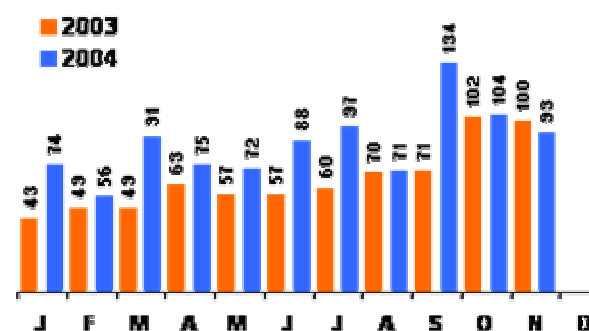
Total 2003 US\$ 189,3 milhões
 Total 2004 US\$ 249,9 milhões

QUANTIDADE DE OPERAÇÕES



Total 2003 = 928

QUANTIDADE DE EXPORTADORES



Total 2003 = 319

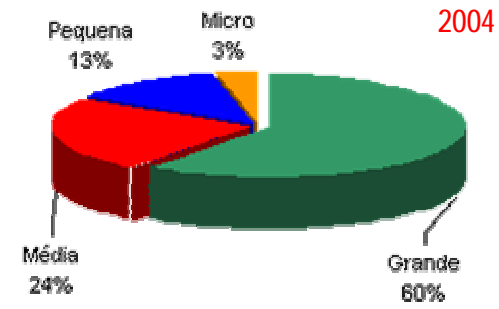
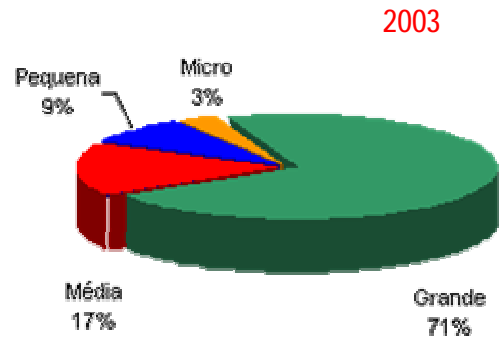
2004 = 1.142

2004 = 374

PORTE DAS EMPRESAS EXPORTADORAS

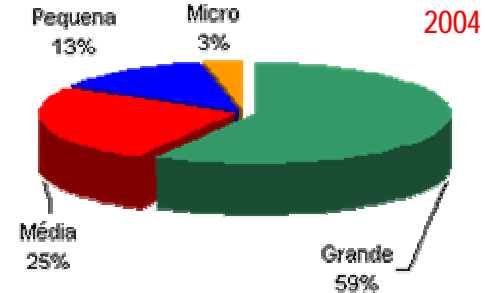
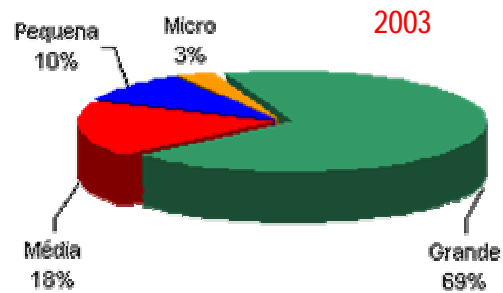
VALOR DA EXPORTAÇÃO (US\$ milhões)

	03	04
G	154	172
Me	35,8	68
P	18,8	35,6
Mi	6,3	9,3
T	214,8	284,8



DESEMBOLSOS (US\$ milhões)

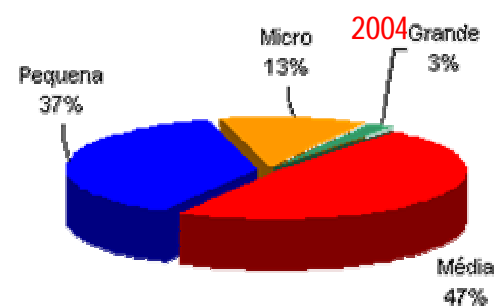
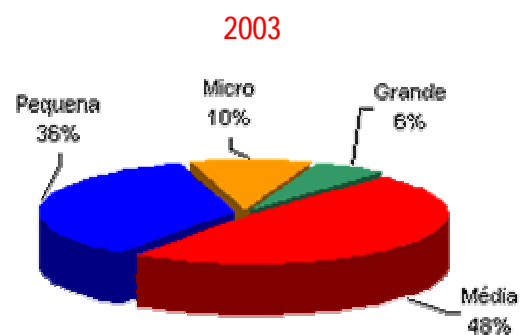
	03	04
G	131	146
Me	33,9	63,3
P	18,1	32,5
Mi	6	8,6
T	189,3	249,9



PORTE DAS EMPRESAS EXPORTADORAS

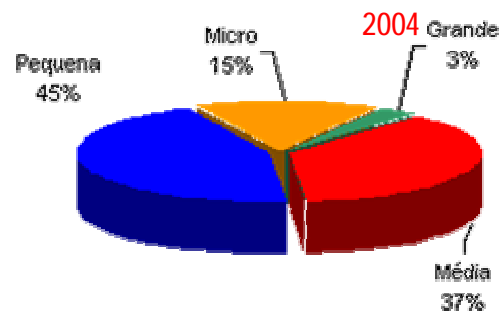
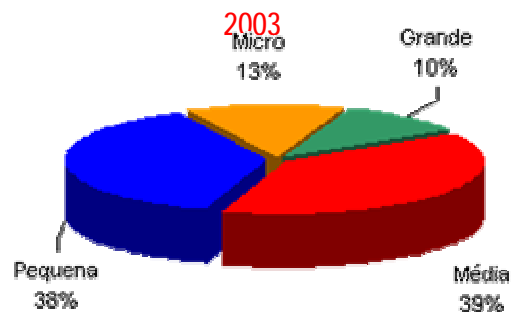
QUANTIDADE DE OPERAÇÕES

	03	04
G	56	30
Me	449	542
P	331	426
Mi	92	144
T	928	1.142



QUANTIDADE DE EXPORTADORES

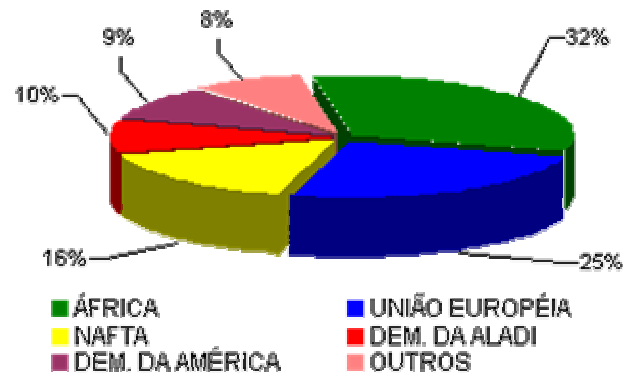
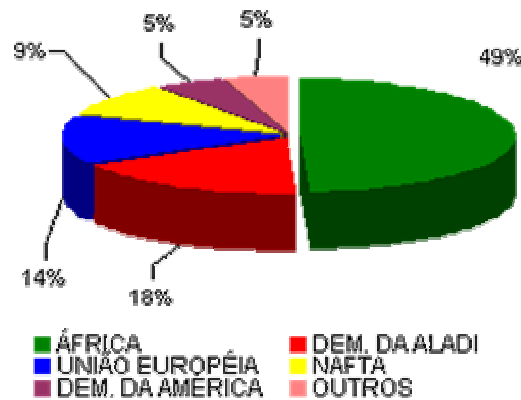
	03	04
G	33	12
Me	125	139
P	120	166
Mi	41	57



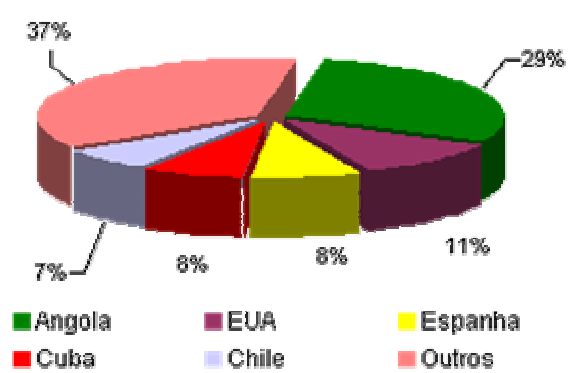
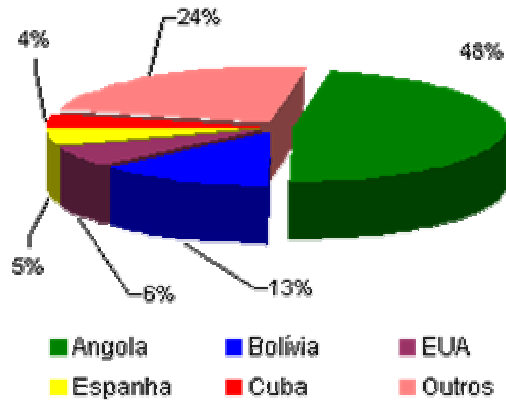
T	319	374
---	-----	-----

Exportações realizadas em 2004 (US\$ 284,8 milhões)

BLOCOS ECONÔMICOS

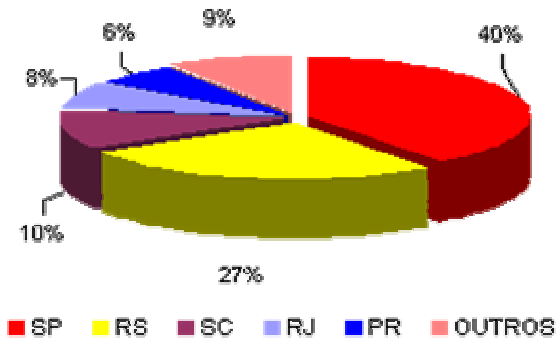
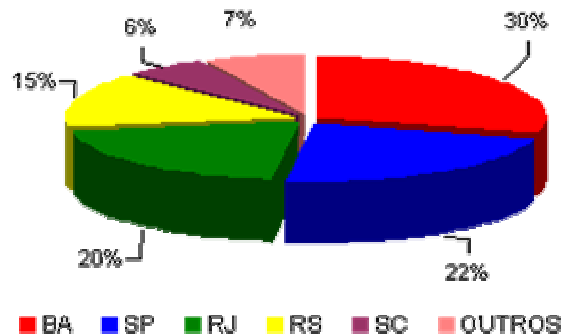


PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES



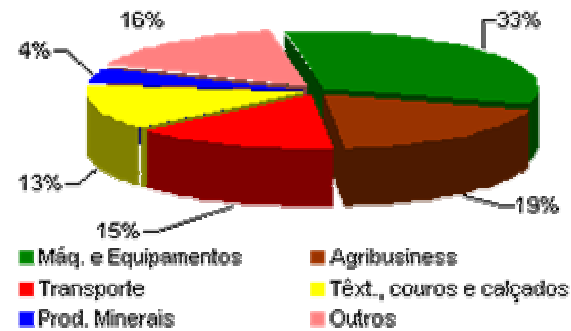
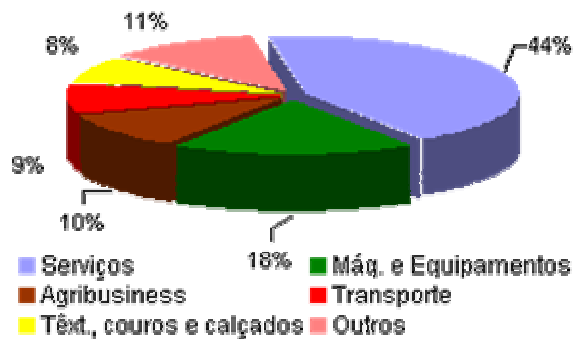
Exportações realizadas em 2004 (US\$ 284,8 milhões)

UF



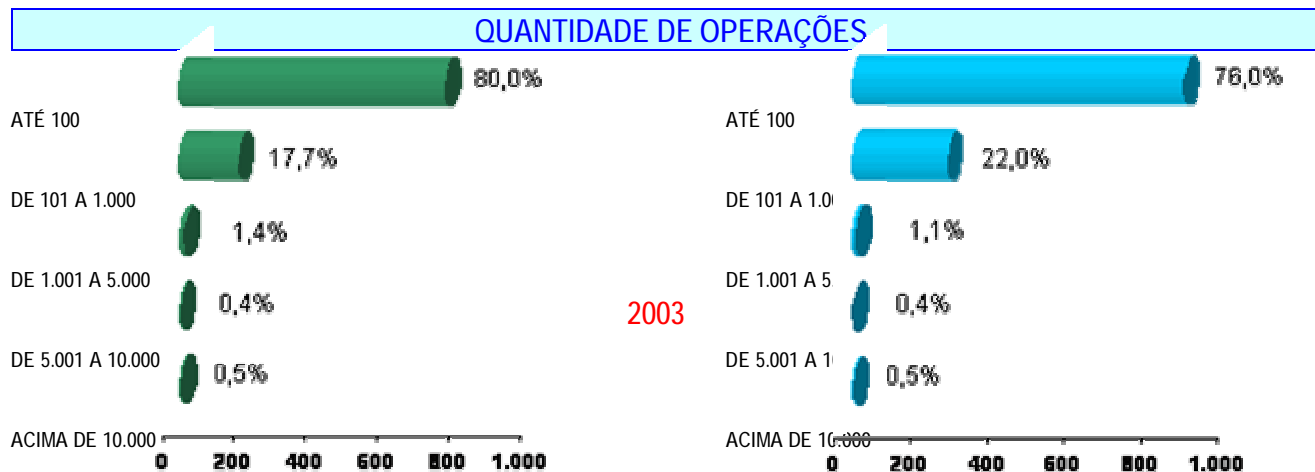
Obs.: excluídas as operações de Serviços

SETORES DA ECONOMIA



Obs.: excluídas as operações de Serviços

Faixas dos valores exportados - jan-nov/2003-2004 (US\$ mil)



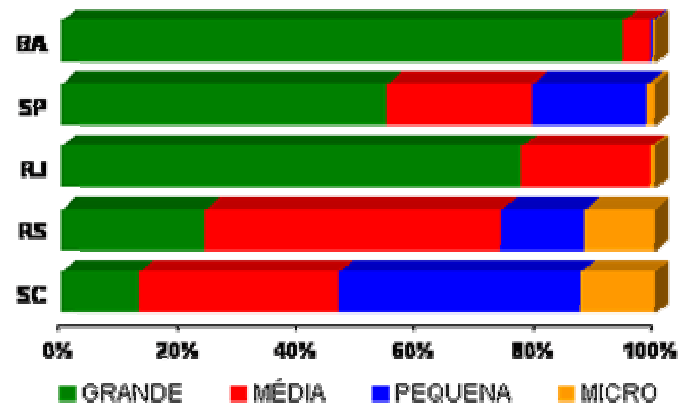
NOVEMBRO/2004

4

Porte das empresas exportadoras (Partic. %)

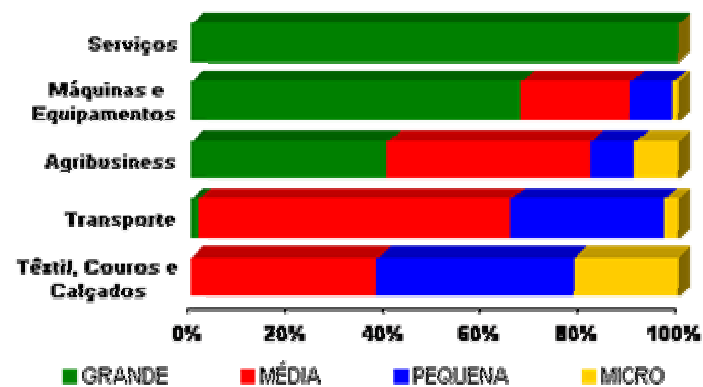
UF

UF	G	Me	P	Mi
BA	94,7	4,5	0,5	0,2
SP	54,8	24,7	19,4	1,1
RJ	77,7	21,8	0,0	0,5
RS	24,1	50,2	14,0	11,7
SC	13,0	33,7	40,8	12,4



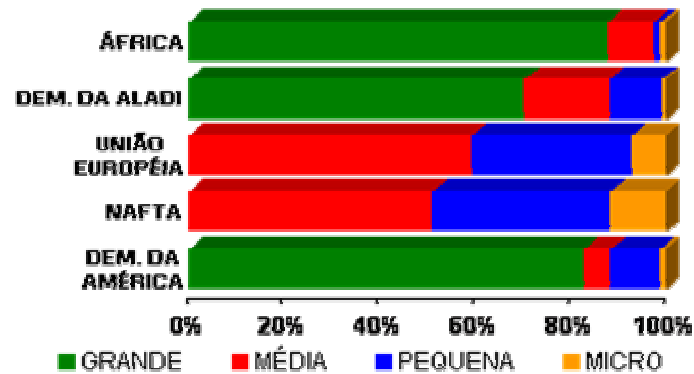
SETORES DA ECONOMIA

Setor	G	Me	P	Mi
Serviços	100,0	0,0	0,0	0,0
Máquinas e Equipamentos	67,9	22,5	8,6	1,0
Agribusiness	40,5	41,5	9,4	8,7
Transporte	1,6	64,1	31,4	2,9
Têxtil, Couros e Calçados	0,0	38,4	40,3	21,3



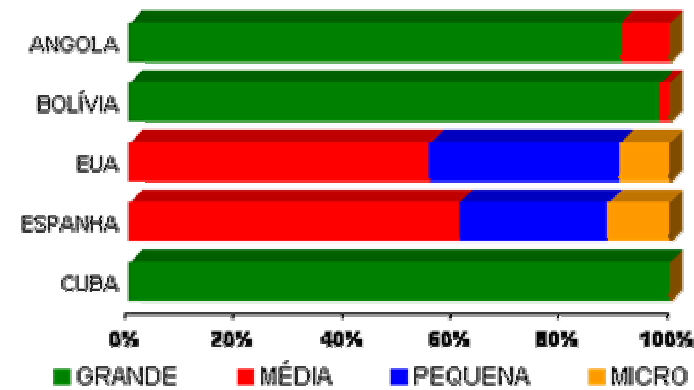
BLOCOS ECONÔMICOS

Bloco	G	Me	P	Mi
ÁFRICA	87,7	9,7	1,4	1,1
DEM. DA ALADI	70,6	17,7	10,9	0,8
UNIÃO EUROPÉIA	0,0	59,3	33,6	7,1
NAFTA	0,0	51,4	37,1	11,6
DEM. DA AMÉRICA	82,9	5,5	10,3	1,4



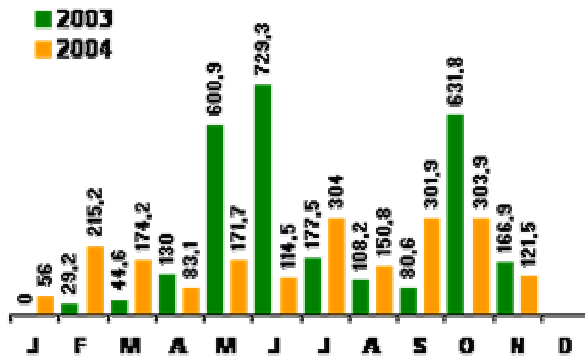
PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES

País	G	Me	P	Mi
ANGOLA	90,8	9,2	0,0	0,0
BOLÍVIA	98,1	1,9	0,0	0,0
EUA	0,0	55,7	35,0	9,3
ESPANHA	0,0	61,1	27,5	11,5
CUBA	100,0	0,0	0,0	0,0



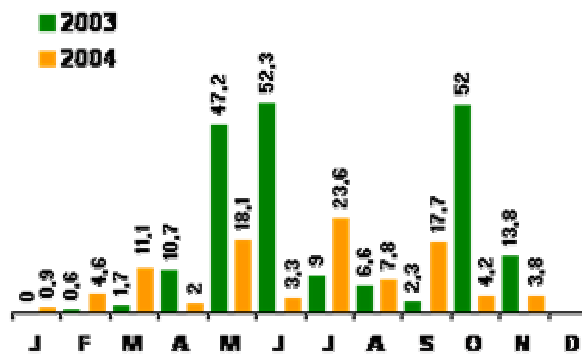
Comparativo 2003/2004

VALOR DA EXPORTAÇÃO (US\$ milhões)



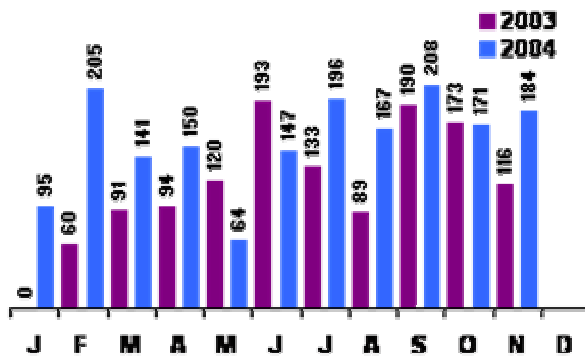
Total 2003 US\$ 2.699,0 milhões
 Total 2004 US\$ 1.996,8 milhões

EMIÇÃO DE TÍTULOS (US\$ milhões)

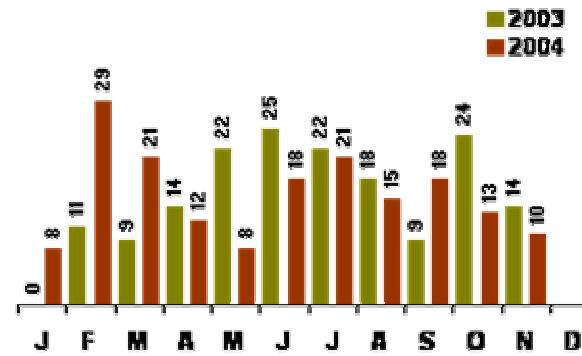


Total 2003 US\$ 196,2 milhões
 Total 2004 US\$ 97,1 milhões

QUANTIDADE DE OPERAÇÕES



QUANTIDADE DE EXPORTADORES

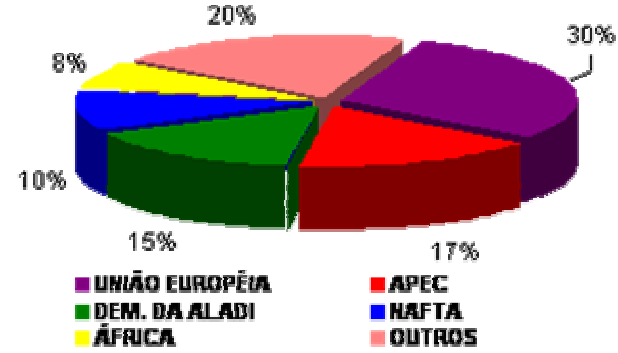
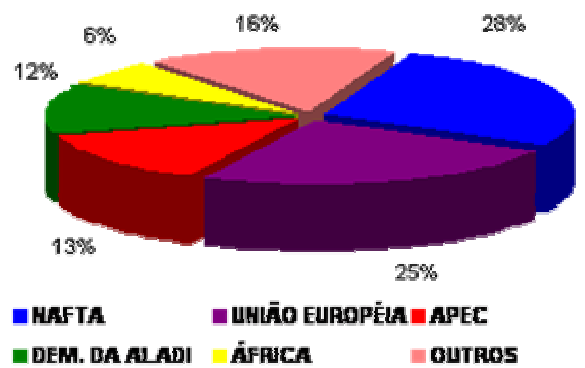


Total 2003 = 900
 2004 = 1.217

Total 2003 = 49
 2004 = 40

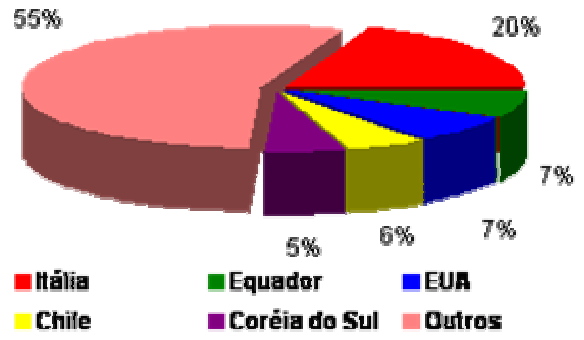
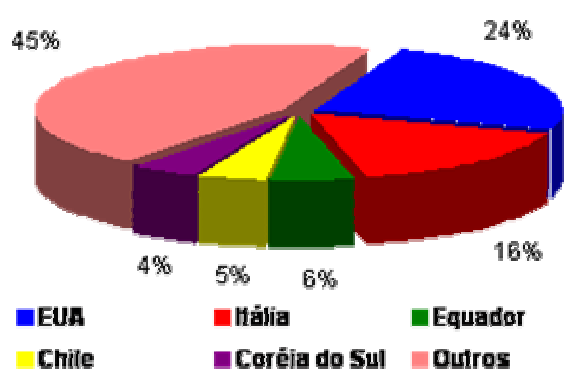
Exportações realizadas em 2004 (US\$ 1.996,8 milhões)

BLOCOS ECONÔMICOS



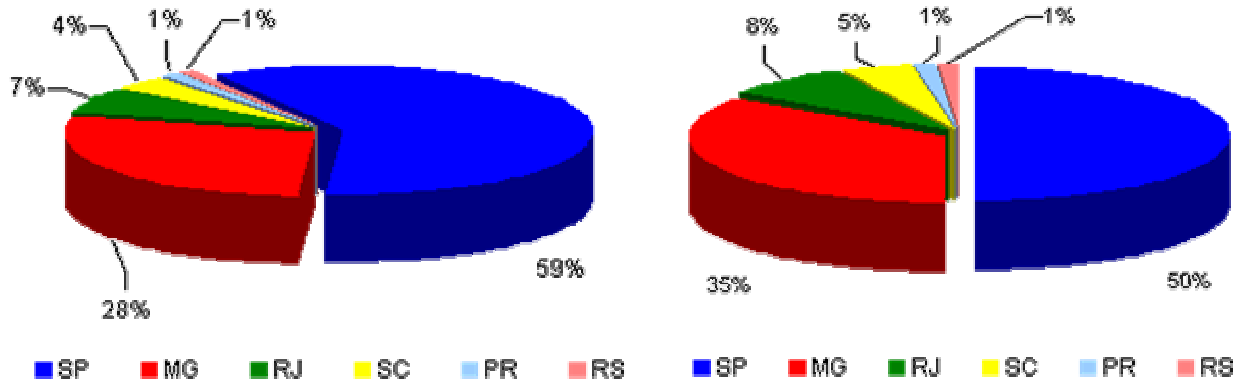
Obs.: excluídas as operações da Aviação Regional.

PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES



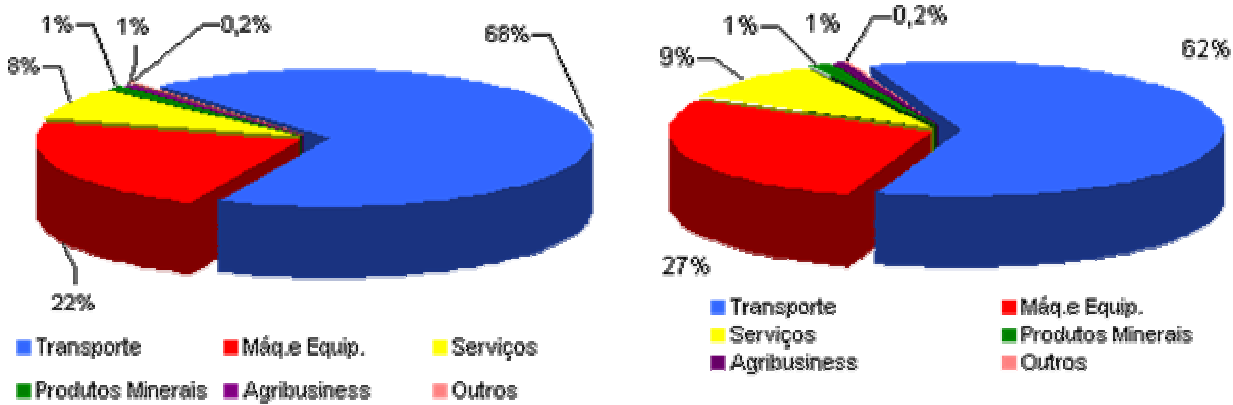
Exportações realizadas em 2004 (US\$ 1.996,8 milhões)

UF



Obs.: excluídas as operações da Aviação Regional.

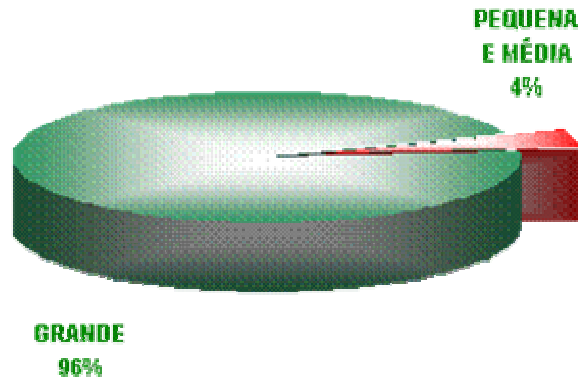
SETORES DA ECONOMIA



Obs.: excluídas as operações da Aviação Regional.

Porte das empresas exportadoras

VALOR DA EXPORTAÇÃO (US\$ milhões)



VALOR DA EXPORTAÇÃO (US\$ milhões)

Pequenas e Médias	88,1
Grandes	1.908,7
TOTAL	1.996,8

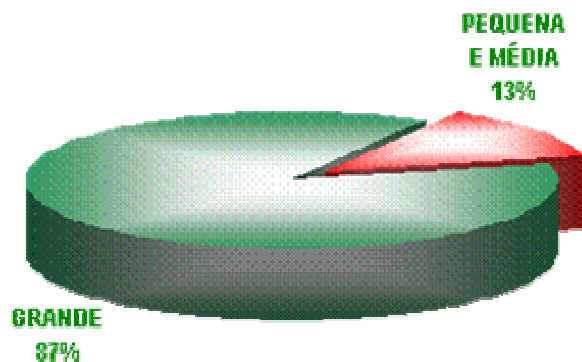
QUANTIDADE DE OPERAÇÕES

Pequenas e Médias	158
Grandes	1.059
TOTAL	1.217

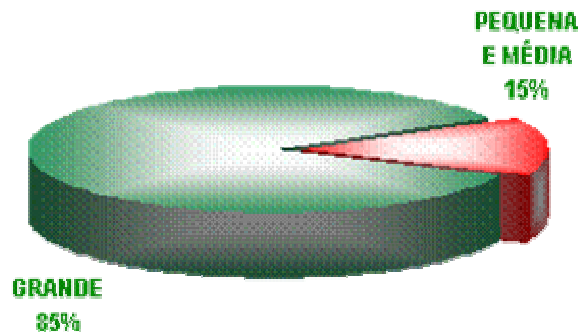
QUANTIDADE DE EXPORTADORES

Pequenas e Médias	6
Grandes	34
TOTAL	40

QUANTIDADE DE OPERAÇÕES

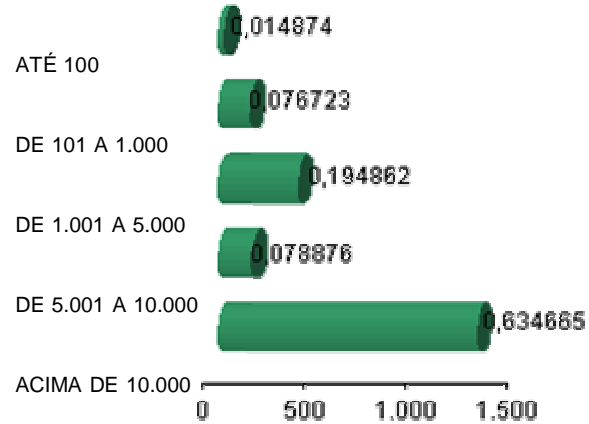


QUANTIDADE DE EXPORTADORES



Faixas dos valores exportados - jan-nov/2004

VALOR DA EXPORTAÇÃO (US\$ mil)



FAIXAS

VLR EXP

QT OP

QT EXP

ATÉ 100

29,7

559

0

DE 101 A 1.000

153,2

407

7

DE 1.001 A 5.000

389,1

178

7

DE 5.001 A 10.000

157,5

22

6

ACIMA DE 10.000

1.267,3

51

20

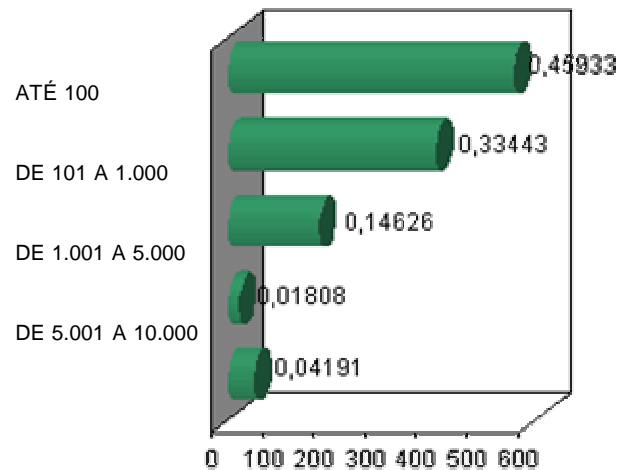
TOTAL

1.996,8

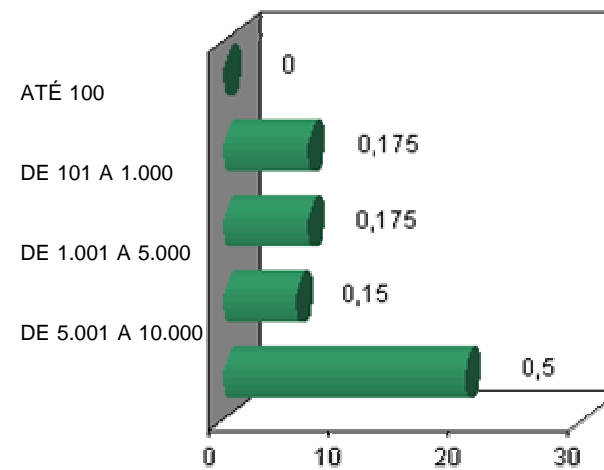
1.217

40

QUANTIDADE DE OPERAÇÕES



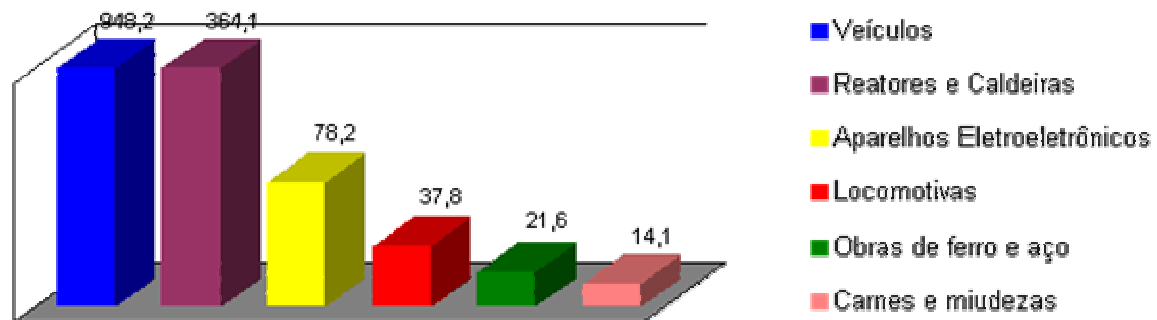
QUANTIDADE DE EXPORTADORES



ACIMA DE 10.000

ACIMA DE 10.000

Principais produtos exportados, exceto Aviação Regional e Serviços



Quantidade de bancos beneficiários

